

Recife, 08 de março de 2024.

PORTARIA Nº 07/2024 - DPR/EMPREL

DISPÕE SOBRE AS CONDIÇÕES PARA ADESÃO AO PROGRAMA CRÉDITO POPULAR DO RECIFE.

O **DIRETOR PRESIDENTE** da **EMPREL** - Empresa Municipal de Informática, no uso de suas atribuições e regimentais, **CONSIDERANDO** em atendimento ao disposto na Lei Municipal nº 18.785, de 18 de março de 2021, bem como as recentes alterações promovidas, que institui o Programa Crédito Popular do Recife, e o disposto no Decreto Municipal regulamentador,

RESOLVE:

Art. 1º A adesão ao Programa Crédito Popular do Recife para Mulher observará as condições estabelecidas em lei, no decreto regulamentador, e nesta Portaria, limitado a um crédito por beneficiária.

Art. 2º. A análise e a aprovação da solicitação serão realizadas pela Secretaria da Mulher, mediante termo de validação das condições para concessão do crédito, considerando a conformidade com as condições previstas nesta Portaria e demais normativas aplicáveis.

Parágrafo único: A EMPREL só poderá liberar o crédito mediante solicitação e atesto via Sistema Eletrônico de Informação – SEi devidamente assinado por representante da Secretaria da Mulher.

I – Será concedido o crédito de R\$ 500,00 (quinhentos reais):

- a) 1000 (mil) créditos para os Grupos **“Tá com Elas”** e **“Artesãs”** ambos oriundos da Secretaria da Mulher.

II – Documentação apresentada pela interessada de forma ilegível ou incorreta acarretará no indeferimento do cadastro com base na análise realizada pela DAF.

Art. 3º. Das regras para cada liberação do "Programa Crédito Popular do Recife para Mulher":

- a) O crédito será liberado para as contempladas em até 48h (quarenta e oito horas), nos termos da prioridade e cronologia estabelecida pela lei;
- b) As interessadas não contempladas neste ciclo deverão se submeter ao próximo ciclo de liberação de crédito a ser divulgada por nova Portaria;
- c) Estar adimplente com o município do Recife.

Art. 4º A cobranç  das parcelas vencidas relativas ao crédito será realizada da seguinte maneira:

- a) Em até 10 (dez) dias do atraso no pagamento das parcelas será realizada cobranç  formal por *e-mail* e/ou *WhatsApp* da beneficiária;
- b) Com 03 (três) parcelas consecutivas ou 05 (cinco) alternadas, será promovida convocação da beneficiária inadimplente para cobranç  administrativa;
- c) Após o prazo de 90 (noventa) dias do vencimento da última parcela do contrato, caso não haja o adimplemento do débito será promovida a respectiva cobranç  pelos meios legais necessários.
- d) A beneficiária fará *jus* ao direito ao contraditório e ampla defesa, que será apresentada   EMPREL, no prazo de 30 (trinta) dias, sendo aplicável a notificação por meio de domicílio eletr nico ou outra forma de armazenamento ou tráfego de documentos e arquivos digitais em utilização pelo Município do Recife.
- e) A beneficiária inadimplente receberá através de comunicado da DAF a competente resposta às defesas apresentadas no prazo de até 30 (trinta) dias, com o comunicado expresso do seu deferimento ou indeferimento.
- f) Relativamente a alínea "d", em caso de indeferimento, a DAF providenciará ainda comunicado prévio do envio do nome da beneficiária inadimplente no órgão de proteção ao crédito.

Art. 5º A DAF providenciará a emissão do "Certificado de Bom Pagador" previsto no decreto regulamentador para as beneficiárias adimplentes.

Art. 6º A EMPREL divulgará para a beneficiária, por meio *e-mail* e/ou *WhatsApp*, o deferimento ou indeferimento do crédito.

Art. 7º Será publicada relação de todos os contempladas pelo Programa no *site* da EMPREL

(www.emprel.gov.br), observando o consentimento da empreendedora quanto à LGPD;

Art. 8º O não cumprimento das condições previstas nesta Portaria implicará na impossibilidade de utilização do crédito e na revogação da adesão ao Programa.

Art. 9º O Diretor Presidente poderá baixar normas complementares necessárias ao fiel cumprimento desta Portaria.

Art. 10º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Bernardo Juarez D´Almeida
Diretor Presidente